

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

imara Nunicipal da Lido em sossid

PROJETO DE LEI № 176/77

Súmula: autoriza a abertura de um Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, autorizado a abrir no corrente exer cício financeiro um Crédito Adicional Especial na quan tia de até Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), destinado a atender a despesas não constantes do orçamento em execução, a saber:

I - RECURSOS PROPRIOS E TRANSFERIDOS

0600 - ORGÃO: DEPARTAMENTO DE FAZENDA

0630 - Unidade: Divisão de Tesouraria

03000000 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

03080000 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

03080330 - Dívida Interna

1.57 - Amortização de financiamento para obras de infra estrutura e dos juros correspondentes

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.4.0 - Juros

3.2.4.1 - Juros da Dívida Pública

01 - Fundada Interna

Ol. Pagamento de juros e despesas financei ras, relativas ao empréstimo efetuado através da Lei Municipal nº 265/75..cr\$ 250.000,00 TOTAL DO DEPARTAMENTO DE FAZENDA ... Cr\$ 250.000,00

Art. 2º - Como recurso para a abertura do Crédito previsto no as



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei nº 176/77

- continuação -

fls. 2 -

tigo anterior, fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a se utilizar de igual quantia do produto da Operação de Crédito, autorizada pela Lei Municipal nº 265/75.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL XIX DE NOVEMBRO, XV DA INSTALAÇÃO, Gabinete do Prefeito, aos dezesseis dias do mês de maio do ano de um mil e novecentos e setenta e sete.

Dr. MANOEL FERNANDES SILVA

Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IVAIPURA

JUSTIFICATIVA

PROJETOS DE LEIS

Nºs. 175/77 e 176/77

Exmo. Sr. Presidente; e, Nobres Vereadores:

É com elevada honra que passamos a essa - Égrégia Câmara Municipal, os inclusos Projetos de Leis nºs. 175/77 e 176/77, ambos versando sobre a outorga de autorização para que este Executivo Municipal, por Decreto, promova a abertura de Créditos Adicionais Especiais e que se relacionam com os seguintes - esclarecimentos:

a) PROJETO DE LEI Nº 175/77

autorização para a abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de Cr\$ 5.550.000,00 (cinco milhões e quinhentos e cinquenta mil cruzeiros), destinado a atender despesas não constantes do orçamento em execução, isto é, com a construção de galerias e realização das obras de pavimentação asfáltica, resultantes do contrato firmado com o Banco Nacional da Habitação – B.N.H. –, para a efetivação das obras da Avenida Brasil, (em parte) e do Conjunto Habitacional Gan. Olímpio Mourão Filho=I= e =II=:

b) PROJETO DE LEI Nº 176/77

autorização para a abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), destinado, também, a atender despesas não constantes do orçamento em andamento e concernente a amortização do financiamento para as obras de infra-estrutura e dos juros correspondentes àquele financiamento e que foi obtido no contrato fir mado com o Banco Nacional da Habitação = BNH =, para a realização das obras da Avenida Brasil e do Conjunto Habitacional Gan. Olímpio Mourão Filho =I= e =II=, retro mencionado.

Ademais, gostaríamos de esclarecer a V.





PREFEITURA DU MUNICIPIO DE IVAIPURA

Justificativa - Projetos nºs. 175 e 176/77 -continuação - fls. 2

Exa. e demais Nobres Vereadores, que o orçamento poder ser entendido, modernamente, como um plano que expressa, em termos de dinheiro, para um período de tempo definido, o programa de operações do governo e os meios de seu financiamento. Assim sendo, o orçamento, é, essencialmente, um instrumento de planejamento a curto prazo.

Além de ser um planejamento a curto prazo, ainda, pode ser planejamento financeiro, econômico e administrativo.

Um Prefeito poderá ter um plano de trabalho a longo prazo, abrangendo todo o seu período de governo, mas
deverá parcelar esse plano, ano a ano, de acordo com a realidade
da receita, dos recursos humanos e materiais disponíveis, tais como pessoal especializado, mão-de-obra, materiais e energia.

Todavia, no caso presente, não existe a previsão de um plano de trabalho a longo prazo e aquele que foi realizado para execução a curto prazo, deixou de consignar algumas dotações imprescendíveis para a sequência das metas administrativas governamentais no exercício de 1.977.

Em face do exposto e mesmo pela razão da - aprovação do processo de financiamento pelo B.N.H., somente ter - ocorrido no término do exercício financeiro de 1976, isto é, no mês de dezembro de 1976, a previsão de verbas na peça orçamentária do corrente ano, não fixou a classificação orçamentária para alojar as receitas e despesas oriundas do empréstimo concedido pelo B.N.H., transformando-se, portanto, os presentes projetos, em instrumentos regularizadores do impasse que se estabeleceu, mediante a aprovação por essa Edilidade da Lei nº 265/75.-

Paço Municipal XIX DE NOVEMBRO, XV DA INS TALAÇÃO, Gabinete do Prefeito, aos dezesseis dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e sete.

Dr. MANOEL FERNANDES SILVA

Prefeito "unicipal